

Representação política para o DF pode sair já

2 ABR 1984

ALMIRO PENNA
Da Editoria de Política

Nunca Brasília esteve tão perto de conseguir sua reivindicada representação política. Não só pelo fato de o **CORREIO BRAZILIENSE** ter divulgado, com exclusividade a notícia de que o presidente Figueiredo poderá incluir no bojo da emenda que pretende encaminhar ao Congresso Nacional, promovendo uma ampla reforma da Constituição, um item que permitirá ao Distrito Federal criar uma representação política em nível de Câmara Municipal — a eleição de vereadores — como também devido a uma outra emenda de autoria do senador Marcondes Gadelha (PDS-PB), que deverá ser apresentada ao Legislativo nos próximos dias, propondo o estabelecimento de uma representação política em nível Federal para Brasília, composta de três senadores e oito deputados federais, eleitos pelo voto direto.

Nesse sentido, Gadelha subirá a rampa do Palácio do Planalto no início desta semana para se reunir com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, com o objetivo de levar ao seu conhecimento o resultado de amplos contatos que vem mantendo com vários segmentos da sociedade brasiliense com vistas à criação de uma representação política para a Capital Federal.

O senador pedessista vai comunicar a Leitão de Abreu seu propósito de apresentar sua emenda, mesmo que o Governo decida realmente incluir uma representação política para o DF na emenda que será enviada ao Congresso, e tentará convencer o chefe do Gabinete Civil de que sua proposta reflete o verdadeiro interesse da população brasiliense.

Marcondes Gadelha argumenta que, com três senadores e oito deputados, Brasília seria elevada à condição de Estado, e com uma representação no Congresso Nacional igual à dos Territórios, mesmo sendo hoje uma cidade mais populosa que cinco Estados da Federação e que todos os Territórios juntos. Na sua opinião, o Distrito Federal deveria ter apenas uma representação Federal porque, se também tiver representação municipal, como deseja o Governo, tornar-se-ia uma capital "super-representada", igualando-se aos Estados, o que não é o caso, pela sua extensão territorial.

Sabe-se, contudo, que o Governo estaria apenas disposto a criar uma representação política em nível de Câmara Municipal para Brasília, por temer que, se estabelecida uma em nível Federal, poderia colocar em risco sua já abalada maioria na Câmara e ameaçar a do Senado, com a eleição de mais três senadores e oito deputados.

Por outro lado, se as principais entidades representativas da Capital desejam uma representação Federal é porque beneficiaria apenas as pessoas de maior poder aquisitivo que moram no Distrito Federal, que teriam condições de "bancar" campanhas políticas onerosas, excluindo, da disputa por conseguinte, os representantes do "povão" que habitam, sobretudo, as cidades-satélites.

Marcondes Gadelha, como um dos articuladores da campanha do ministro Mário Andreazza, havia recebido um pedido do ministro para elaborar um estudo completo sobre a criação de uma representação política para o Distrito Federal, que seria um dos pontos da plataforma de governo do candidato. Ele iniciou o traba-

lho mas, como a informação vazou através da imprensa a notícia tomou grande vulto e resolveu elaborar uma proposta de emenda à Constituição com esse objetivo.

O senador já tem em mãos um esboço da emenda que apresentará ao Congresso e afirma que, se o Governo não inserir na proposta que enviará ao Legislativo a criação de uma representação política para Brasília, sua sugestão tem grandes possibilidades de vir a ser aprovada, devido à boa aceitação que a idéia teve entre os parlamentares.

PROJETOS

A idéia de se criar uma representação política para o Distrito Federal há vários anos se arrasta pelo Congresso Nacional. Oito projetos nesse sentido foram apresentados ao Legislativo, sendo o mais antigo de autoria do então deputado Lidozinho Fanton, datado de 1976.

Atualmente, dos oito projetos, apenas dois ainda tramitam na Casa do Legislativo. Os demais foram prejudicados por decurso de prazo, conseqüentemente, estão arquivados, como foi o caso do projeto do ex-deputado Lidozinho Fanton.

Um projeto de emenda constitucional do deputado Maurício Fruct de 1983, que restabelece eleições diretas para prefeito das capitais e cria uma representação política para Brasília, encontra-se pronto para entrar na ordem do dia. No dia 20 último, ele foi apresentado em plenário, mas teve sua votação adiada por falta de quorum.

Outro projeto, de autoria do senador Amaral Furlan, de 1979, que altera inúmeras leis, inclusive a Lei Orgânica dos Partidos, para possibilitar eleições no Distrito Federal, ainda tramita no Congresso.